



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação Cível nº 1002324-27.2016.8.26.0408**

**Registro: 2020.0000124076**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação Cível nº 1002324-27.2016.8.26.0408, da Comarca de Ourinhos, em que são apelantes MARIA CELINA LEME GRACIANO, GABRIELE GRACIANO BARBOSA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e LEONARDO GRACIANO BARBOSA, é apelado LUIZ FELIPE DE ALMEIDA MENDES.

**ACORDAM**, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), CARLOS DIAS MOTTA E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020

**ANTONIO NASCIMENTO**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação Cível nº 1002324-27.2016.8.26.0408**

**1ª Vara Cível da Comarca de Ourinhos/SP**

**Apelante: MARIA CELINA LEME GRACIANO, GABRIELE GRACIANO BARBOSA, LEONARDO GRACIANO BARBOSA**

**Apelado: LUIZ FELIPE DE ALMEIDA MENDES**

**MM Juiz de Direito: Dr. FLÁVIO AUGUSTO REINERT**

**VOTO Nº 26.242**

APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. Acidente de trânsito (atropelamento) – Responsabilidade Civil Subjetiva – Culpa exclusiva da vítima – Improcedência mantida – Aplicação do ditame do art. 252 do Regimento do Tribunal de Justiça de São Paulo. RECURSO DESPROVIDO.

A r. sentença de fls. 182/188 julgou

**improcedente a ação de indenização por danos morais e materiais** decorrente de acidente de trânsito, proposta por **Maria Celina Leme Graciano, Gabriele Graciano Barbosa, Leonardo Graciano Barbosa** contra **Luiz Felipe de Almeida Mendes**. Em razão da sucumbência, os autores foram condenados a arcar com as custas e despesas do processo, além dos honorários advocatícios da parte adversa, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, porém, ressalvada a concessão da gratuidade judiciária.

Inconformados com o desfecho dado à controvérsia, os requerentes interpuseram, a fls. 190, recurso de apelação, vindo a arrazoá-lo a fls. 191/193. Afirmam que os elementos dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação Cível nº 1002324-27.2016.8.26.0408**

autos deixam evidente o nexo de causalidade entre o acidente de trânsito e a culpa do acionado, que trafegava em velocidade acima da permitida para a via.

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos legais para sua admissibilidade. Contrarrazões a fls. 196/203.

Manifestação da D. Procuradoria Geral de Justiça, opinando pelo não provimento do recurso (fls. 210/211).

**É o relatório.**

Cuidam os autos de **ação de indenização por danos morais e materiais**, por meio da qual os autores discorrem que em 21/01/2016, no cruzamento da Avenida Jacinto Ferreira de Sá com a Rua Duque de Caxias, seu esposo/genitor sofreu acidente de trânsito que o levou a óbito, causado por imprudência do réu, que colidiu com sua motocicleta a 144 km/h, em uma via cuja velocidade máxima permitida é de 40 km/h, passando ambos no sinal vermelho. Requerem a condenação do demandado ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais.

A lide foi julgada improcedente, sob fundamento da inexistência de prova da culpa do requerido. E, de fato, é forçoso convir que a solução alcançada em 1ª instância se revelou mais



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação Cível nº 1002324-27.2016.8.26.0408**

acertada.

A responsabilidade civil, pelo nosso ordenamento jurídico, exige a tríplice concorrência do prejuízo á vítima, do ato culposo do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente (art. 186 do Cód. Civil). Em outras palavras: para que se configure o dever de indenizar é indispensável que o prejuízo guarde etiologia com a culpa do agente.

De acordo com as provas carreadas aos autos, que bem noticiaram a dinâmica do acidente, não se evidenciou a responsabilidade do réu sobre os fatos ocorridos. Pelo contrário, elas conduzem à conclusão de que o acidente decorreu por culpa exclusiva da vítima, uma vez que conduzia sua motocicleta sob efeito de álcool e não obedeceu à sinalização semafórica do local dos fatos.

São dignas de transcrição, a propósito, as seguintes passagens do r. édito monocrático, e que ora se mantém, na esteira do que preconiza o art. 252 do RITJSP<sup>1</sup>:

*“(...) Segundo consta nos autos, a vítima fatal, Nelson Inácio Barbosa, conduzia sua motocicleta Honda CG 125 Titan, placas BSN-4198, pela Avenida Jacinto Ferreira de Sá, sentido Oncinha-Fapi, e o réu conduzia sua motocicleta Honda XRE 300, placas ESL-8112, pela Rua Duque de Caxias, sentido centro-bairro, quando no cruzamento entre as vias ocorreu a colisão (croqui fls. 44).*

*O dano é evidente, visto que o esposo e genitor dos autores acabou falecendo. O nexo causal também restou comprovado, pois*

---

<sup>1</sup> “Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la, apreciando, se houver, os demais argumentos recursais capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada no julgamento”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**São Paulo**

**26ª Câmara de Direito Privado**

**Apelação Cível nº 1002324-27.2016.8.26.0408**

*conforme atestado pelo médico na certidão de óbito, a causa da morte foi "Hemorragia interna aguda, Politraumatismo, Agente contundente, acidente motociclistico" (fls. 12).*

*Todavia, carece de prova a ação culposa do réu.*

*A teoria apresentada pelos autores é de que o réu cruzou o sinal vermelho a uma velocidade de 144 km/h, em cuja via a velocidade máxima permitida é de 40 km/h.*

*Conforme se extrai do boletim de ocorrência lavrado pela Polícia Militar, a testemunha ocular do acidente, Wesley Santiago Calisto, narrou ao policial que conduzia sua motocicleta pela Rua Duque de Caxias, estando aproximadamente a 70 metros de distância do réu, quando viu ele passar pelo semáforo verde e a outra motocicleta invadir a pista e colidir com ele (fls. 17).*

*Ainda, segundo consta no laudo pericial, elaborado pelo Instituto de Criminalística, das imagens captadas pela câmera de vigilância do comércio nas imediações, observa-se que o veículo placa BSN-4198, transitando pela Avenida Jacinto Sá, e ao ingressar no centro do cruzamento foi colidido pelo veículo ESL-8112, pelas imagens, o condutor do veículo BSN-4198, ingressa com o semáforo ainda no vermelho, bem lento e ainda tenta sem sucesso derivar à esquerda (fls. 24).*

*Logo, verifica-se que o sinal estava verde para o réu e vermelho para a vítima, não tendo os autores logrado êxito em comprovar o contrário.*

*Já, quanto ao suposto excesso de velocidade, é certo que o perito, com base nas mesmas imagens, calculou que o réu estaria trafegando a uma velocidade de 144 km/h. Porém, é certo também que o mesmo perito atestou que os vestígios encontrados sobre a pavimentação não prestaram para realização do cálculo, tendo em vista que o local não foi preservado, concluindo que em razão da remoção dos veículos da posição final em que se imobilizaram, o que torna impossibilitada a perícia de estabelecer a dinâmica dos fatos, bem como estabelecer uma conclusão segura irrefutável (fls. 26).*

*Ou seja, em que pese o perito criminal tenha estimado uma velocidade, não é possível afirmar que o réu dirigia de fato a essa velocidade.*

*Aliás, é pouco provável que o seja. Se o réu realmente estivesse conduzindo sua motocicleta a 144 km/h, dificilmente ele teria sobrevivido à colisão, ou ainda que tivesse o reflexo de se jogar no chão, acabaria sofrendo graves consequências, o que de fato não*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1002324-27.2016.8.26.0408

*ocorreu. No caso, o réu teve tempo de antever a colisão e pulou da moto, sofrendo lesões leves (fls. 19), tanto que ficou em observação no hospital somente por algumas horas (até às 5 horas, levando em consideração que o acidente ocorreu próximo à meia noite, conforme consta na manifestação do Ministério Público nos autos criminais fls. 89).*

*Assim, embora o cálculo estimado pelo perito, não é crível que o réu estivesse realmente a 144 km/h.*

***Por outro lado, restou comprovado nos autos que a vítima avançou o sinal vermelho, e mais, encontrava-se sob efeito de álcool. Durante o exame necroscópico foi colhido material sanguíneo da vítima, cujo exame de alcoolemia resultou positivo para concentração de 1,0 g/l (um grama de álcool etílico por litro de sangue), o qual ainda que não tenha sido juntado aos autos, constou da manifestação do parquet na esfera criminal (fls. 89).***

*Verifica-se, portanto, que não só a vítima passou no sinal vermelho com sua motocicleta, como encontrava-se sob efeito de álcool.*

*Desse modo, é possível concluir que o réu não deu causa ao acidente de trânsito fatal, mas a própria vítima.*

***E, mesmo que assim não fosse, eventual excesso de velocidade seria irrelevante, como causa determinante do evento, pois caso Nelson Inácio Barbosa não tivesse avançado o sinal vermelho, não haveria acidente, tendo esta sido a causa determinante do sinistro.***

***Daí a inviabilidade de cogitar de culpa concorrente. A exclusiva culpa da vítima foi da maior gravidade, causando por si só, independentemente de qualquer e eventual culpa do réu, o acidente. Culpa grave e exclusiva da vítima exclui a responsabilidade civil."***

Ademais, consoante posicionamento doutrinário, prevalece na órbita civil a teoria da causalidade adequada, segundo a qual não há equivalência entre todas as condições que contribuíram para o resultado. Isto é, entre duas ou mais circunstâncias que concretamente concorreram para a produção do resultado, a causa adequada será somente aquela que teve interferência decisiva.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação Cível nº 1002324-27.2016.8.26.0408**

Assim, ainda que o acionado estivesse trafegando em velocidade acima da máxima permitida para a via pública, a infração administrativa, por si só, não teria o condão de causar o acidente.

Por fim, dando cumprimento ao disposto no art. 85, § 11, do CPC, majora-se a verba honorária sucumbencial para 12% sobre o valor da causa, observada a gratuidade.

Postas estas premissas, **nega-se provimento** ao recurso.

**Antonio** (Benedito do) **Nascimento**  
**RELATOR**